



“Nenhum partido tem legitimidade para propor já legalizar a eutanásia”

Bastonário dos médicos teme que se instale “uma cultura de eutanásia em Portugal” e defende que o PAN, que incluía o tema no programa eleitoral, é o único partido que poderia ter uma iniciativa nesta legislatura

Polémica Alexandra Campos

Os responsáveis da Ordem dos Médicos (OM) estão divididos sobre a legalização da eutanásia. Enquanto o bastonário José Manuel Silva se assume frontalmente contra, o presidente do Conselho Regional do Sul, Jaime Teixeira Mendes, é a favor, tendo assinado o manifesto para a despenalização da morte assistida que conta já com mais de seis mil assinaturas.

De resto, o presidente da OM-Norte, Miguel Guimarães, defende que esta é “uma discussão precoce” porque, “no que diz respeito a morrer com dignidade, ainda há muito a fazer, nomeadamente nos cuidados paliativos”. Já o presidente da OM-Centro, Carlos Cortes, prefere, por enquanto, não tornar pública uma posição sobre esta matéria.

Para José Manuel Silva, não há dúvidas, porém: caso se “instale uma cultura de eutanásia” em Portugal, a partir do momento em que esta se torne legal no país, “facilmente passará de um direito a um dever”. Enfatizando que “os médicos estão formatados para salvar vidas, não para matar”, o bastonário defende também que “nenhum partido político tem legitimidade para propor iniciativas nesta legislatura”. “Só se for o PAN, o único que se propõe lançar o debate sobre a eutanásia no seu programa eleitoral”.

João Semedo, ex-líder do Bloco de Esquerda, nota que o partido não voltou a ter outro programa eleitoral, desde 2009, mas sim manifestos eleitorais. “É o argumento do desespero porque há dezenas de declarações minhas públicas e oficiais a comprometer o bloco na apresentação de um projeto de lei”, diz João Semedo.

Num ponto todos os responsáveis da Ordem dos Médicos concordam: esta é uma matéria muito complexa. E por isso insistem na necessidade de continuar com debates públicos – o primeiro foi em Lisboa, na semana passada, e o segundo no Porto, na noite de terça-feira. O bastonário admite também fazer um referendo à classe em breve, se for necessário alterar o código deontológico.

Inquirido pelo PÚBLICO sobre a forma como actualmente se morre



Muito médicos defendem que há muito a fazer nos cuidados paliativos antes de se discutir a eutanásia

Médicos vão deixar de poder passar atestados a si próprios

Ordem altera código deontológico. Há médicos que já foram condenados

A Ordem dos Médicos vai alterar o seu código deontológico de forma a que fique absolutamente claro que os clínicos não podem passar atestados a si próprios. “Isto não está explícito [no código], apesar de no documento se falar em conflito de interesses. Não é ético que um médico passe um atestado a si próprio”, explicou ao PÚBLICO o bastonário da Ordem dos Médicos, José Manuel Silva, adiantando que há profissionais que até já foram condenados por este motivo, sem especificar quantos.

Esta é uma das alterações previstas ao Código Deontológico da Ordem dos Médicos, no âmbito da revisão que deverá estar concluída em breve. O código está a ser alterado por causa da mudança

de estatutos da OM, mas as alterações são “menores e não polémicas”, acentua o bastonário.

Quanto à clarificação relativa aos atestados, a versão actual do Código Deontológico da Ordem dos Médicos refere, no seu artigo 98.º, que o profissional, “não estando impedido de realizar actos médicos sobre si próprio ou familiares directos, igualmente não está impedido de atestar as suas observações e respectivas consequências”. Estipula em



simultâneo o mesmo código que, “dado o carácter pericial que a sociedade indevidamente atribui ao atestado médico, é recomendável evitar a sua emissão em situações em que possa ser alegado conflito de interesses”.

Já no artigo relativo às incompatibilidades (120.º), sublinha-se que “é vedado ao médico exercer funções periciais em casos em que estejam envolvidas pessoas a quem esteja ligado por casamento ou união de facto, parentesco ou afinidade”. Mas acrescenta-se depois que “não são consideradas perícias para efeitos do presente artigo a emissão de declarações ou atestados de doença ou saúde, bem como quaisquer declarações que resultem do normal exercício médico”. **A.C.**

nos hospitais portugueses, José Manuel Silva adianta que já propôs a criação de comissões de cuidados paliativos em cada hospital para avaliação das situações de distanásia (encarniçamento terapêutico), de maneira a que não tenham que ser os médicos, sozinhos, a decidir se suspendem ou não os tratamentos.

Sobre os debates já realizados na OM, admite que não têm “passado da espuma”. “Se esta é uma elite intelectual e por vezes não sabe do que está a falar, como será com a população em geral?”, pergunta, a propósito. Talvez por isso Miguel Guimarães, presidente da OM-Norte, considera que “mais importante” do que debater a eutanásia é questionar “o facto de não existir em Portugal uma boa rede de cuidados paliativos, que permita o acesso a todos os doentes”. Por isso, advoga, “qualquer debate sobre a dignidade no fim de vida deve incluir o combate à distanásia e a exigência de uma rede de cuidados paliativos altamente diferenciados, que permitam uma morte digna”.

No debate do Porto, Jaime Teixeira Mendes explicou que assinou o manifesto porque defende “a autonomia do cidadão”. A Bélgica, onde a eutanásia está legalizada, é um dos países com melhor cobertura de cuidados paliativos, recordou, para contrariar a tese dos que defendem que, primeiro, é preciso apostar neste tipo de cuidados. “O que está a acontecer é que os médicos estão a perder o poder. Muitos dos nossos colegas não têm capacidade de empatia, a capacidade de se pôr no lugar do doente. Há médicos que, por defesa, se afastam; em casos complicados, vão-se embora”, disse.

Uma investigação da *Visão*, que faz a capa desta semana, revela, entretanto, que a droga mais utilizada para a prática de suicídio assistido (a mesma que é usada em clínicas na Suíça) já provocou quatro mortes em Portugal, confirmadas pelo Instituto de Medicina Legal. Apurou também que há vendedores que, por 500 euros, fornecem o barbitúrico fatal. Philip Nitschke, o médico australiano que difundiu o uso desta droga para doentes terminais, confirmou à *Visão* o interesse dos portugueses. Na Exit, associação pró-eutanásia que fundou e que ajuda a encontrar os vendedores, há mais de 30 portugueses inscritos, disse.